

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.020 - DF (2019/0150027-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : ROMULO BRIGHENTI ANCHIETA
AGRAVANTE : LEONARDO DE FREITAS COSTA
ADVOGADO : LEONARDO DE FREITAS COSTA - DF023173
AGRAVADO : ADONAI JOSÉ DA CRUZ
ADVOGADOS : MARCOS GERALDO TEIXEIRA SANTANA - DF469319
FABIO ALECSANDRO DE MELO BONIFACIO - DF053863

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ROMULO BRIGHENTI ANCHIETA e LEONARDO DE FREITAS COSTA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE, EM SE TRATANDO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. ART. 833, IV E § 2º, DO CPC. ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO SENTIDO DE QUE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DETÊM NATUREZA ALIMENTAR. CABIMENTO DE PENHORA PARCIAL DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DÉBITO PRINCIPAL QUE NÃO DETÉM CARÁTER ALIMENTAR. PENHORA DE APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO REFORMADA. 1. Nos termos do artigo 833, IV e § 2º, do Código de Processo Civil, são impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, salvo para garantir o pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem. 2. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, os honorários advocatícios são considerados verba de caráter alimentar, o que autoriza, no caso, a penhora parcial de proventos de aposentadoria para pagamento de dívida dessa natureza. 3. Permanece, contudo, a impenhorabilidade de quantias recebidas a título salarial para pagamentos de dívidas que não detenham natureza alimentar. 4. Agravo de instrumento conhecido e parcialmente provido. Decisão reformada" (e-STJ fls. 153/154).

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos com a seguinte ementa:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO MONITORIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. PENHORA DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE, EM SE TRATANDO

Superior Tribunal de Justiça

DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. ART. 833, IV E § 2º, DO CPC. ENTENDIMENTO DO STJ NO SENTIDO DE QUE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DETÉM NATUREZA ALIMENTAR. CABIMENTO DE PENHORA PARCIAL DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DÉBITO PRINCIPAL QUE NÃO DETÉM CARÁTER ALIMENTAR. OMISSÃO. DESTACAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. DESCABIMENTO. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA, CONTRA O DEVEDOR DE TAL VERBA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PROVIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. Na hipótese, os agravantes buscam a possibilidade de penhora de aposentadoria do devedor para pagamento de verba advocatícia, tanto a sucumbencial estabelecida na fase de conhecimento da ação monitória quanto a contratual, decorrente do patrocínio firmado pelo autor com seu causídico. No caso, do valor devido pelo requerido na ação monitória, o causídico pretende destacar o valor a ele devido pelo autor a título de honorários advocatícios contratuais. 2. Tratando-se de cumprimento de sentença, cabível a cobrança dos honorários advocatícios sucumbenciais derivados da procedência parcial da ação monitória, mas não a dos honorários advocatícios contratuais, eis que estes exigem ação própria para tanto. Isso porque, em relação a eles, o devedor na ação monitória não detém pertinência subjetiva e, em relação a este, a verba não se trata de prestação alimentar, mas débito principal decorrente do não pagamento do cheque que subsidiou a ação monitória em questão, o que atrai a impenhorabilidade salarial. 3. Embargos de declaração conhecidos e providos, sem efeitos infringentes, apenas para sanar a omissão apontada" (e-STJ fls. 172/173).

Opostos novos declaratórios, foram rejeitados.

No recurso especial, alega-se, além de divergência jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

(i) art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, ao fundamento de que o acórdão combatido incorreu em negativa de prestação jurisdicional ao não apreciar aspectos relevantes da demanda suscitados nos embargos declaratórios, e

(ii) arts. 22, § 4º, da Lei nº 8.906/1994, 85, § 14 e 833, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, pois é lícita a penhora de percentual dos proventos de aposentadoria do devedor, haja vista o caráter alimentar dos honorários advocatícios contratuais.

Com as contrarrazões (e-STJ fl. 234), foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

A insurgência merece prosperar.

Inicialmente, observe-se que o Tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

No mais, cinge-se a controvérsia em verificar a possibilidade de penhora de percentual da aposentadoria do recorrido para o pagamento de honorários advocatícios contratuais, decorrentes do instrumento firmado pelo autor da ação monitória com seu procurador. O causídico pretende destacar esse valor da quantia devida pelo réu ao seu cliente.

O Tribunal de origem, ao se debruçar sobre o tema, assim se pronunciou:

"(...)

Em primeiro lugar, cumpre consignar que o feito principal se trata de ação monitória em fase de cumprimento de sentença proposta por Romulo Briguenti Anchieta contra Adonai José da Cruz e que, na sentença proferida na fase de conhecimento, restou condenado o réu ao pagamento, em favor do autor, de honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito.

A questão controvertida no presente agravo de instrumento consistiu em determinar a possibilidade de penhora de aposentadoria do

Superior Tribunal de Justiça

devedor para fins de pagamento dos honorários advocatícios.

Urge frisar que tais honorários referem-se à verba sucumbencial determinada na sentença que julgou a ação monitória acima mencionada, não abrangendo, por óbvio, os honorários contratuais devidos por Romulo ao advogado Leonardo.

Isso porque tal verba, se o caso, deve ser cobrada em ação própria, em que o referido causídico ocupará o polo ativo da ação e o patrocinado, o polo passivo.

Veja-se que, para tanto, o ora embargado Adonai não detém pertinência subjetiva para a causa, não sendo passível, portanto, de figurar no polo passivo da demanda.

Deve ser salientado que o débito principal não configura verba alimentícia, não sendo afastada a impenhorabilidade dos proventos de aposentadoria.

Por tais razões, não é possível que o causídico receba seu crédito diretamente do valor devido pelo requerido Adonai ao autor Romulo, sendo que, se o caso, pode efetuar eventual penhora no rosto dos autos, requerida, como dito, em ação própria.

Assim, somente se mostra possível penhorar percentual de aposentadoria do agravado/embargado no que toca aos honorários advocatícios sucumbenciais, devidos em decorrência de ter restado vencido na ação monitória" (e-STJ fl. 175).

Como se vê, o colegiado entendeu que o crédito referente aos honorários contratuais não se enquadra na exceção de impenhorabilidade do salário prevista no art. 833, § 2º, do CPC/2015, haja vista que o instrumento foi firmado entre o advogado e o autor da ação monitória e, portanto, a verba não possui caráter alimentar em relação ao réu, o qual é devedor apenas do débito principal e dos honorários de sucumbência.

Entretanto, essa decisão contrariou o entendimento desta Corte no sentido de que, sendo os honorários advocatícios considerados como verba alimentar, é possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento.

A esse respeito:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTÍCIA. PENHORA DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 833, § 2º, DO CPC/2015.

1. A Corte Especial do STJ, no julgamento dos EDcl nos EAREsp 387.601/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, DJe 4/3/2015, consolidou o entendimento de que os honorários advocatícios são considerados verba alimentar, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento.

2. Com efeito, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que o caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 833 do CPC/2015, quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias. Portanto, tendo os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, natureza alimentícia, é possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento.

Superior Tribunal de Justiça

3. *Recurso Especial provido*" (REsp 1.714.505/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 25/5/2018).

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PENHORA DE 30% SOBRE CONTA SALÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 649, IV, DO CPC. EXCEÇÃO PARA A PARTE REFERENTE AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM RAZÃO DE SUA NATUREZA ALIMENTAR.

1. *A jurisprudência desta Corte orienta que, nos termos do artigo 649, IV, do Código de Processo Civil de 1973, são impenhoráveis os valores depositados em conta destinada ao recebimento de vencimentos, salários, ou proventos de aposentadoria do devedor.*

2. *É possível, entretanto, a penhora de verbas remuneratórias com o objetivo de adimplir crédito relativo a honorários advocatícios, tendo em vista sua natureza alimentar, nos termos do § 2º do art. 649 do Código de Processo Civil.*

3. *Agravo interno parcialmente provido*" (AgInt no AREsp 994.681/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 27/6/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. PENHORABILIDADE DA REMUNERAÇÃO DO DEVEDOR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. *O caráter absoluto da impenhorabilidade dos vencimentos, soldos e salários (dentre outras verbas destinadas à remuneração do trabalho) é excepcionado pelo § 2º do art. 649 do CPC, quando se tratar de penhora para pagamento de prestações alimentícias.*

2. *Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, têm natureza alimentícia.*

3. *Assim, é possível a penhora de verbas remuneratórias para pagamento de honorários advocatícios.*

4. *O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.*

5. *Negado provimento ao recurso especial*" (REsp 1.365.469/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 26/6/2013).

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de determinar que seja acrescido ao valor já deferido pelo Tribunal *a quo* (10% da aposentadoria do agravado - fl. 158 e-STJ) a penhora de mais 10% (dez por cento) dos rendimentos, perfazendo o total de 20% (vinte por cento), até a quitação do montante devido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator